

Philippe Ariès

O Tempo da História

Tradução de Miguel Serras Pereira



Rua Sylvio Rebelo, 15
1000 Lisboa — Telef. 8470775

© Editions du Seuil

Título: O Tempo da História
Título Original: Le Temps de L'Histoire, 1986
Autor: Philippe Ariès
Tradutor: Miguel Serras Pereira
Capa: Fernando Mateus

© Relógio D'Água, 1992

Composição: Relógio D'Água.
Impressão: Rainho & Neves, Lda.
Depósito Legal n.º. 51739/92

Antropos

CAPÍTULO I

Uma criança descobre a história

Há adolescentes que descobrem a História por ocasião de um livro lido ao acaso, de uma lição evocadora sem que o professor o saiba, de uma viagem às fontes do passado. Como num caminho de Damasco. Tal era o caso nos períodos calmos, ou antes nesse século de excepcional tranquilidade que vai de 1814 a 1914, em que os nossos antepassados puderam acreditar que os seus destinos se desenrolavam num meio neutro, que continuavam a ser senhores do seu curso. Este fechar-se às preocupações colectivas, esta impermeabilidade frente às agitações da vida pública, subsistiram ainda para alguns, os mais favorecidos, até aos pródromos da guerra de 1939, digamos até ao 6 de Fevereiro ou até Munique.

Pelo contrário, as gerações que chegaram aos vinte anos por volta de 1940 ou depois disso deixaram de ter a mesma consciência da autonomia da sua vida privada. Quase não havia instante do dia que não dependesse de uma decisão política ou de uma agitação pública. Essas crianças, esses homens novos viam-se à partida dentro da História e já não tinham que a descobrir; se a ignorassem, era como se podem ignorar as coisas mais próximas do universo familiar de cada um.

Eu não nasci, como eles, dentro da História. Até ao armistí-

cio de 1940, vivi num oásis muito fechado às preocupações do exterior. Sem dúvida, falava-se de política à mesa; os meus pais eram realistas fervorosos, leitores assíduos da *Action française* desde o começo. Mas tratava-se de uma política ao mesmo tempo muito próxima e muito longínqua. Muito próxima, porque era uma amizade, uma ternura. Evocavam-se as pessoas dos príncipes, a sua crónica. Achavam-se divertidos e admiravam-se afectuosamente os ímpetus de Daudet, as fórmulas aceradas de Maurras.

O jornal era diariamente esmiuçado e comentado. Mas como se se estivesse a falar de parentes ou de amigos. Nunca tive, antes da guerra, o sentimento da vida pública, como de uma espécie de prolongamento da minha vida privada, que a dominava e a absorvia. Dizia-se que tudo corria mal, mas, em momento algum, se falava em família de dificuldades concretas, de incidências palpáveis, sobre a nossa maneira de ser quotidiana, de uma legislação, de uma decisão do Soberano.

Deixou de ser assim a seguir à guerra. Os abastecimentos, a inflação, as nacionalizações — e recorde estes exemplos apenas a título de evocação — invadiram a vida quotidiana. O meu irmão fala de ordenado, de situação, numa idade em que os meus amigos e eu, no interior do oásis, ignorávamos os problemas de dinheiro, as preocupações de uma luta difícil. Um dos meus irmãos frequentava então Saint-Cyr. Eu apresentava-me às provas de agregação de História. Nem ele nem eu tínhamos alguma vez tido a curiosidade de saber qual o ordenado de um oficial ou de um professor. Estávamos no oásis. E sem dúvida pudemos continuar nele por tanto tempo menos devido à situação e à fortuna dos nossos pais do que graças ao prisma através do qual formávamos a nossa visão do exterior, do colectivo. As agitações da História chegavam-nos por meio de um jornal amigo, através dos comentários de amigos, que, por muito que mergulhassem na vida pública, pertenciam também ao mesmo oásis.

Isto explica como não nasci dentro da História; mas, após reflexão, compreendo a sedução do materialismo histórico sobre os que na minha geração não foram preservados da imersão

prematura no mundo do social, do colectivo. Não houve intermediários amigáveis entre eles e o dinheiro, o desemprego, a competição, a dura busca de relações, de influências. Para eles, não havia oásis.

Porque havia um oásis, eu vivia fora da História. Mas ao mesmo tempo, por causa desse oásis, a História não me era estranha. Não tive que a descobrir, como uma vocação da adolescência. Acompanhava-me desde o tempo das minhas primeiras recordações de criança, como a forma particular que a preocupação com a política adoptava na minha família e entre as pessoas que me estavam mais próximas. Mas seria deveras a História? Não era a História nua e hostil que invade e arrasta, a História onde *estamos e somos*¹, fora do frágil recinto vedado das tradições familiares. Não era a História, tenho que o reconhecer, mas uma transposição poética da História, um mito da História. Tratava-se, em todo o caso, de uma intimidade continuada com a presença do passado.

* A presença do passado distinta da História? Seria coisa de que poderíamos admirar-nos se esquecêssemos que a História se encontra ligada antes do mais à consciência do presente. Romantismo, então? Imaginações dos faustos pitorescos e brilhantes das eras idas? Por certo que um pouco, mas tão pouco que mal vale a pena referi-lo. Era sobretudo outra coisa, algo extremamente precioso, e extremamente ameaçado também, e justamente: ameaçado hoje pela História.

A minha família, já o disse, era realista. Realistas apegados sem reserva à *Action française*, com fanatismo, mas alimentados por uma imaginária anterior à construção doutrinária de Maurras. No conjunto, tratava-se de um tecido de pequenas histórias, muitas vezes lendárias, acerca dos reis, dos pretendentes, dos santos da família real, São Luís e Luís XVI, os mártires da Revolução. Muito pequeno, levaram-me, num des-

¹ No original: «... celle où l'on est.» (N. T.)

ses passeios de domingo que as crianças detestam, aos Carnes onde pereceram as vítimas de Setembro, à capela expiatória do *boulevard* Haussmann, erguida pela Restauração em memória de Luís XVI, de Maria Antonieta e dos Suíços do 10 de Agosto. Em casa dos meus tios, no Médoc, mostravam-me todos os anos, durante as férias, as imagens herméticas herdadas do período revolucionário, onde, como num passatempo, as feições do Rei, da Rainha, de Madame Élisabeth, surgiam desenhadas pela folhagem de um salgueiro-chorão. Todos os anos, eram de novo justificadas, sob o retrato de um sacerdote vítima dos afogamentos de Nantes, as retratações do antepassado, que, *mairie* de Bordéus sob Napoleão, recebera o conde d'Artois: ao burguês conservador e oportunista era substituída a imagem ideal de um realista fiel e astucioso. Uma das minhas tias explicava-me cheia de convicção como o meu trisavô, general da I República, vitoriosamente provara que, por baixo do uniforme revolucionário, o seu coração continuara a ser realista.

Toda a minha família era grande apreciadora de memórias, sobretudo das memórias do século XVIII e da Revolução, da Restauração. Liam-me certas passagens — ou por se tratarem de comoventes testemunhos de fidelidade, ou por propiciarem uma efusão enternecida acerca da felicidade que fora viver nesse tempo. Este sentimento de idade de ouro, que foi o dos sobreviventes da Revolução, era muito familiar aos meus pais. Estendia-se até ao bidé, descoberto no sótão, e que provava superabundantemente que a higiene não era uma invenção moderna, como sustentavam os maus espíritos. O dito de Talleyrand sobre a doçura de viver foi um dos primeiros ditos históricos que aprendi. Soube-o pelo meu avô que, nesse dia, deixara a leitura da *História dos Duques da Borgonha* do conde de Barante, para me levar a passear pelos Quinconces. Foi ele que me narrou o assassínio do duque de Guise a fim de me prevenir contra as acusações que uma história republicana e mal-intencionada proferia contra Henrique III.

Não se imagina a que ponto este passado feliz e complacente se achava presente na memória dos meus pais. Em certa me-

dida, era nele que viviam. Todas as discussões políticas sobre a actualidade terminavam por uma referência aos felizes tempos dos reis de França. Sem dúvida, foram também boulangistas, *antidreyfusards*, mas o seu conservadorismo social, semelhante ao da burguesia católica do seu tempo, coloria-se de uma tonalidade especial: a nostalgia da velha França.

Esta imaginária realista, ainda viva em 1925, poderá parecer ingénua e pueril: era, com efeito, obra das mulheres. Os homens, no fundo, tinham sido sobretudo fiéis aos interesses da sua classe; a sua política acompanhava a evolução normal da burguesia ao longo do século XIX. Mas esta política, aliás isenta de fanatismo, acabava à porta de casa. A casa era o domínio das mulheres. E as mulheres nunca tinham deixado de ser apaixonadamente realistas. Compraziam-se nas lembranças enternecidas do passado; recolhiam os seus episódios, arranjavam como lhes convinha as migalhas de História que descobriam nas Memórias, nas tradições orais. Afastavam tudo o que, na vida dos seus pais, parecesse uma ruptura com o passado, e o passado não avançava para lá de 1789 a não ser pelos seus prolongamentos na vida dos pretendentes.

Por fim, a fidelidade das mulheres levava a melhor sobre o oportunismo dos homens. Com a política radical, as fracas convicções liberais dos homens, quase exclusivamente eleitorais, depressa se apagaram, e, sob influências que nada têm a ver com o nosso propósito, eles juntaram-se ao branco pendão familiar. Teriam sem dúvida um espírito mais crítico? Atenuaram um tanto o aspecto de «conto de ama» da tradição? Pouco importa. Para uma curiosidade de criança, era o aspecto imagem que se revelava mais eficaz. Não tenho a certeza de que não fosse também o mais real.

Este mundo das lendas realistas, descobri-o quase desde o berço. Reconheço-o desde as mais longínquas recordações da minha infância. Logo que fui capaz de conceber a ideia de um tempo histórico, esta fez-se acompanhar de uma nostalgia do passado. Imagino que devia ser exasperante para os meus jovens companheiros de colégio a minha constante preocupação com a referência a um passado nostálgico, ao longo das nossas

primeiras discussões políticas — e estas começaram muito cedo, de resto dramatizadas pelo grande conflito de consciência: a condenação da *Action française* pelo Vaticano, a bula *Unigenitus* da minha infância.

Este passadismo não se ficava pelo domínio ideal da conversação ou do sonho acordado. Traduzia-se num esforço visando participar numa mais viva consciência da idade de ouro. Coisa curiosa, este interesse por aquilo a que se costuma chamar a História (em nossa casa, «gostávamos da História») não se satisfazia com leituras fáceis ou pitorescas, forçosamente fragmentárias. Eu desconfiava acima de tudo do fragmentário e da facilidade. Durante as minhas férias à beira-mar — mal tinha catorze anos —, passeava pela praia com um velho manual do último ano do secundário, e sentia-me muito orgulhoso quando uma amiga da minha mãe se surpreendia com uma leitura tão ingrata. A verdade é que me esforçava a valer por decifrar aquele conglomerado de datas e de factos despojados da mais pequena parcela de interesse. Deixemos de parte a vaidade infantil. Sentia muito obscuramente que, para redescobrir a presença do passado maravilhoso, era necessário fazer um esforço, vencer uma dificuldade, em suma passar uma prova. Sentimento completamente impensado, que teria sido incapaz de exprimir ou sequer de claramente conceber; contudo não julgo que o esteja a imaginar agora *a posteriori*. Reencontro-o intacto num recanto da minha memória. Explica como, sem sofrer a influência dos meus pais, nem dos meus professores (nas aulas dos colégios religiosos, o ensino da história era inexistente), desprezava as leituras mais fáceis — e certamente mais instrutivas — para recorrer aos manuais de aparência séria. Tentava redescobrir, entre a aridez e o labor, essa poesia dos tempo antigos que, sem esforço, surgia no meu ambiente familiar.

Para dizer a verdade, pergunto-me hoje se esta busca ingénu da prova não participava da experiência religiosa, tal como ela se configurava segundo os métodos ainda clássicos de educação espiritual, assentando na noção de sacrifício. Menos o Sacrifício Divino do que o sacrifício pessoal, a privação neces-

sária: mantinham-se registos de sacrifícios como se fossem registos de temperatura. Existia, na minha consciência pueril do passado, uma analogia confusa, mas certa, com o sentimento religioso. Sem qualquer objectivação possível, eu supunha uma ligação entre o Deus do catecismo e o passado das minhas histórias. Ambos pertenciam à mesma ordem de emoção, sem efusões sentimentais, com uma exigência de aridez. Confesso aliás que, com a perspectiva conferida pelo tempo, a minha emoção histórica, em contacto com os manuais referidos, me surge como de uma qualidade religiosa mais autêntica do que a minha devoção da mesma época, inteiramente mecânica.

A partir deste momento, penso que a minha experiência se distinguia do sentimento passadista da minha família; transformava-se, falando com propriedade, numa atitude perante a História. A minha família, as mulheres e, por contágio, os homens, viviam com perfeita ingenuidade uma abertura sobre o passado. Pouco lhes importava que a sua visão do passado fosse fragmentária. Era até necessário que fosse fragmentária, uma vez que, para eles, o passado era certa maneira de ver bem definida, uma nostalgia de uma cor bem determinada. Liam muito, e quase exclusivamente narrativas históricas, sobretudo Memórias, mas sem experimentarem minimamente a necessidade de preencher as lacunas do seu conhecimento, de cobrir sem hiatos um período de tempo. As suas leituras alimentavam a imaginária que haviam herdado e que consideravam definitiva. A própria ideia de uma emenda ou de uma renovação os enchia de horror.

Coisa curiosa, não tinham consciência das suas lacunas. Menos por negligência ou por preguiça de espírito, mas porque aos seus olhos não havia lacunas: podiam faltar pontos de pormenor, mas pormenores sem importância. Estavam convencidos, com uma convicção ingénu, como de uma coisa óbvia, de que possuíam a essência do passado e de que no fundo não existia diferença entre eles e o passado: o mundo à sua volta mudara com a República, mas eles tinham ficado.

Essa consciência do seu tempo, que experimentam com uma brutalidade impressionante as gerações de 1940, existia para

eles, mas com o desfasamento de mais de um século. Estavam no passado, como nós estamos hoje no presente, com o mesmo sentimento de familiaridade global, onde o conhecimento dos pormenores tem pouca importância, uma vez que aí coincidimos com o todo.

Eu não conseguia contentar-me com esta impregnação do passado vivido como presente. Sem de resto me dar, explicitamente, conta do meu desfasamento. Ainda hoje, não o encontro em mim com uma frescura de coisa viva. Descubro-o pela análise, porque ele me explica o móbil secreto que perseguia ao mergulhar nos meus manuais. Com toda a simplicidade, não podia viver no passado com a mesma ingenuidade que os meus pais.

Exigência pessoal? Não creio. Para a minha geração, apesar do revestimento de tradições familiares que cobriu a minha infância, o passado estava já demasiado longe. A minha mãe, as minhas tias tinham sido educadas nos conventos da Assunção e sobretudo do Sacré-Coeur, onde mestras e alunas viravam decididamente costas ao mundo. O mesmo não se passava no colégio parisiense dos Jesuítas onde comecei os meus estudos. Havia demasiados «republicanos», demasiados problemas. Os meus pais tinham vivido na província, ou até mesmo nas Antilhas que a ruptura de 1789 não atingira. Eu vivia em Paris, na grande cidade técnica, onde, por muito fechado que se fosse perante o mundo moderno, o passado estava menos presente, o interior familiar mais isolado. Longe, na província, nas ilhas, esse passado constituía ainda um meio denso e complexo. Aqui, em Paris, era antes um oásis no seio de um mundo estranho, mas invasor.

O que fora dado aos meus pais teria que ser por mim adquirido. Era preciso conquistar o Éden perdido, e, para isso, redescobrir a graça por meio da provação. Além disso — e gostaria de insistir nesse ponto — a minha exploração difícil de um passado desejado, mas longínquo, já não podia satisfazer-se com fragmentos de história, por ricos que fossem, como os que bastavam à minha família. As Memórias, a leitura favorita dos meus pais, tentavam-me e repugnavam-me ao mesmo

tempo. Tentavam-me porque encontrava nelas o encanto do Antigo Regime, a nostalgia que excitava o meu desejo de saber. Repugnavam-me porque o conhecimento que nelas bebia me tornava mais sensível às zonas de sombra periféricas: sublinhava a minha ignorância daquilo que ficava de fora das minhas leituras. E creio que foi este último sentimento a levar a melhor. Lamento-o hoje, e se tivesse que dirigir crianças apaixonadas pela História penso que as orientaria, pelo contrário, para esses testemunhos vivos. Sei que tais fragmentos contêm mais História, e mais História total, do que todos os manuais, mesmo os mais eruditos. Mas ninguém por então me guiava, porque, junto a mim, não havia a ideia de que a História pudesse ser coisa diferente daquilo que se vivia. De resto, eu não desejava conselhos. E talvez seja a autonomia desta evolução o que constitui o seu interesse.

Troquei portanto as leituras vivas por manuais escolares, os do meu ano, e sobretudo, como tinha que ser, os dos outros anos. Descobria neles, apesar da secura da exposição, uma satisfação que a minha memória conserva intacta. Tinha a impressão, através de uma cronologia minuciosa, ou que tal me parecia, de recobrir o tempo na sua completude, de encadear os factos e as datas por laços de causalidade ou de continuidade, de tal modo que a História já não eram fragmentos numa atmosfera, mas um todo, um todo sem brechas.

Nesta época da minha vida, na *troisième* e na *seconde*¹, estava deveras possuído pelo desejo de conhecer toda a História, sem lacunas. Não tinha ainda a mínima ideia da complexidade dos factos. Ignorava a existência das grandes histórias gerais, como as de Lavissee, e a minha ciência cronológica parecia-me tocar os limites. De resto os manuais escolares já me não bastavam: pusera-os já em quadros sinópticos. Lembro-me de um grande quadro da Guerra dos Cem Anos, subdividido até ao infinito: o manual parecia-me excessivamente analítico, como se a coesão dos acontecimentos não resistisse à sua apresenta-

¹ Anos do curso secundário que, em França, se contam por ordem decrescente. (N. T.)

ção sucessiva, linha por linha, página por página, como se fosse preciso estreitá-los no sentido horizontal para os impedir de fugirem, de formarem grupos à parte. Lutava com os factos para os forçar a reintroduzir-se no todo.

Acreditei um dia poder conciliar o meu gosto pelo passado dos reis e o meu desejo de totalidade empreendendo uma genealogia dos Capetos, desde Hugo Capeto até Afonso XIII, os Bourbon-Parma e o conde de Paris. Uma genealogia completa, com todos os ramos colaterais, sem esquecer nem os santos nem os bastardos. Tratava-se de um trabalho de Hércules, dados os fracos materiais de que dispunha: dois grandes dicionários de história, na biblioteca dos meus pais, e a possibilidade de consultar a *Grande Encyclopédie* em casa de um padre. Tentei alargar a minha documentação. Tinham-me falado de uma *Généalogie de la maison de France*, do P.^e Anselme. Foi para a consultar que penetrei pela primeira vez numa grande biblioteca, em Sainte-Geneviève. Comecei por ter o maior trabalho deste mundo para convencer o bibliotecário da minha boa fé. Tive que voltar com uma autorização dos meus pais. E, bem entendido, nunca consegui chegar até ao P.^e Anselme, ou por ele me ser inacessível nos mistérios do catálogo, ou por estar na Reserva. A Reserva desencorajou-me, e continuei pelos meus próprios meios.

As paredes do meu quarto iam-se cobrindo de folhas de papel, umas atrás das outras e em todas as direcções. Queria poder acompanhar com os olhos todos os meandros das filiações. Quanto mais elas se ramificavam em braços colaterais afastados e carregados, mais feliz eu me sentia. De 987 a 1929, que bloco de história desdobrado na parede, e isto para chegar ao rei João cujo regresso exigíamos ao som da música de *la Royale!*

Todas as preocupações com a política presente, com a propaganda, com os panfletos ou folhas volantes nas instalações sanitárias, tudo isso era aspirado pela minha árvore genealógica. As dificuldades do franco, o domingo negro das eleições radicais, de que se falava à mesa, pareciam-me coisas muito distantes, muito pequenas, perante os ramos da minha árvore

que partia do século X, e recobria a Hungria, Espanha, Portugal e Itália.

Este gosto pelas genealogias e pelos quadros sinópticos acompanhou-me durante muito tempo. Tive dificuldade em ver-me livre dele.

Era já aluno da Sorbonne quando comecei a ensinar História a crianças de *quatrième* e *troisième* num curso livre. Já não me servia do método sinóptico para as minhas notas. Com alguma pena, aliás, mas a sua utilização tornava-se demasiado complicada, e a sobreposição dos factos fazia explodir os meus quadros. Tendo que ensinar a crianças a Guerra dos Cem Anos, pensei todavia que não podia existir outro método mais simples e mais pedagógico. Vejo-me ainda a cobrir o quadro preto de chavetas e a simbolizar graficamente a sequência das causas e dos efeitos. As cadeias de acontecimentos transbordavam os cadernos dos alunos desorientados, e, no fundo, as mães de família manifestavam uma desaprovação muda, mas formal, por tudo aquilo. Foi preciso que o director interviesse para pôr fim à minha orgia de ligações. A vergonha que senti então desgostou-me para sempre dos quadros sinópticos. Mas tinham durado.

Genealogia, cronologia, sinopse, eram outros tantos testemunhos de um zelo desajeitado visando a apreensão da História na sua totalidade. É a própria ingenuidade da experiência o que lhe confere valor.

Uma criança, mergulhada num meio cheio de iluminuras do passado, tenta coincidir com esse passado que já não é para ela um dado inteiramente adquirido, ao contrário do que se verificava para os seus pais. O passado parece-lhe algo de diferente, mas infinitamente desejável, um reflexo da doçura de viver, uma imagem da felicidade. A felicidade está atrás dela. A criança tem que a redescobrir. Esta busca reveste-se imediatamente de um carácter religioso: é uma demanda da graça. Chega a ter-se a impressão de que o ser do passado se con-

funde com Deus. Os meus gestos da prática religiosa eram apenas hábitos superficiais. Não creio que Deus neles estivesse presente. Era no passado que procurava Deus. Não seria preciso insistirem muito comigo para me fazerem reconhecer na minha comunhão com o passado a minha mais antiga experiência religiosa.

Afirmando-se, a investigação do passado transformou-se na preocupação de o apreender na sua totalidade. O conteúdo poético desse passado era voluntariamente posto de parte como uma tentação. Permanecia na vida corrente, nas conversas familiares; fremia também no fundo de mim próprio. Mas eu não admitia que isso fosse totalmente História, pois se tratava de algo incompleto. No limite, tendia então para esvaziar a História do seu conteúdo humano, para a reduzir a um esforço de memória e a um esquema gráfico.

Contudo, o próprio excesso de despojamento e de síntese permite, segundo penso, entrever o que é, na sua nudez, a experiência histórica.

Os aluviões da cultura e da política cobrem-na, escondem-na e desfiguram-na. A experiência será afastada da sua gratuitidade e solicitada por uma apologética política ou religiosa. Será laicizada para se erigir em ciência objectiva.

Mas no dia em que, no século XX, a ruína de todas as histórias particulares colocar brutalmente o homem na História, sem transição, sem intermediários, esta consciência pueril do passado reaparecerá, como a última resistência à História, como o último obstáculo ao abandono cego e animal à História. Ou a História é um movimento elementar, inflexível e sem amizade. Ou existe uma comunhão misteriosa do homem na História: a apreensão do sagrado imerso no tempo, um tempo que o seu progresso não destrói, no qual todas as eras são solidárias. Pergunto-me se, no final da sua carreira, o historiador moderno, quando superou todas as tentações da ciência que esteriliza e do mundo que solicita, não chegará a uma visão da História muito próxima da experiência infantil: a continuidade dos séculos, carregados de existência, surge-lhe sem profundidade, sem extensão, como uma totalidade que se descobre de

súbito num só olhar. Simplesmente a visão já não é a da criança, porque a criança não consegue abarcar todo o conteúdo de existência humana. A sua totalidade é falsa e abstracta. Conserva no entanto um valor de indicação, de tendência. Sugere também que a criação histórica é um fenómeno de natureza religiosa. Na sua visão das eras recolhidas, reunidas, o Sábio, desembaraçado da sua objectividade, experimenta uma alegria sagrada: algo muito próximo da graça.

1946